



CÓD: OP-081ST-22  
7908403527724

# TRT-BA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

450 questões gabaritadas- GABARITANDO-  
(Ensino Superior: Analista Judiciário – Área Judiciária e Analista Judiciário – Área Admi-  
nistrativa )

**CADERNO DE QUESTÃO**

## **Questões Gabaritadas**

1. Língua portuguesa.....	05
2. Administração Pública .....	21
3. Direito Administrativo .....	35
4. Contabilidade Pública .....	47
5. Direito Constitucional .....	67
6. Legislação .....	81
7. Raciocínio Lógico-Matemático .....	95
8. Direito do Trabalho .....	101
9. Orçamento Público .....	115
10. Gestão de Pessoas .....	131

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - PROF B (SEDU ES)/SEDU ES/ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO/ARTE/2022

Assunto. Adjetivo

Atenção. Para responder à questão, leia a crônica abaixo.

Um jornal é lido por muita gente, em muitos lugares; e que ele diz precisa interessar, senão a todos, pelo menos a um certo número de pessoas. Mas o que me brota espontaneamente da máquina, hoje, não interessa a ninguém, salvo a mim mesmo. O leitor, portanto, faça o obséquio de mudar de coluna. Trata-se de um gato.

Não é a primeira vez que o tomo para objeto de escrita. Há tempos, contei de Inácio e de sua convivência. Inácio estava na graça do crescimento, e suas atitudes faziam descobrir um encanto novo no encanto imemorial dos gatos. Mas Inácio desapareceu – e sua falta é mais importante para mim do que as reformas do ministério.

Gatos somem no Rio de Janeiro. Dizia-se que o fenômeno se relacionava com a indústria doméstica das cuícas, localizada nos morros. Agora ouço dizer que se relaciona com a vida cara e a escassez de alimentos. À falta de uma fatia de vitela, há indivíduos que se consolam comendo carne de gato, caça tão esquivada quanto a outra.

O fato sociológico ou econômico me escapa. Não é a sorte geral dos gatos que me preocupa. Concentro-me em Inácio, em seu destino não sabido.

Eram duas da madrugada quando o pintor Reis Júnior, que passeia a essa hora com o seu cachimbo e o seu cão, me bateu à porta, noticioso. Em suas andanças, vira um gato cor de ouro como Inácio – cor incomum em gatos comuns – e se dispunha a ajudar-me na captura. Lá fomos sob o vento da praia, em seu encalço. E no lugar indicado, pequeno jardim fronteiro a um edifício, estava o gato. A luz não dava para identificá-lo, e ele se recusou à intimidação. Chamados afetuosos não o comoveram; tentativas de aproximação se frustraram. Ele fugia sempre, para voltar se nos via distantes. Amava.

Seria iníquo apartá-lo do alvo de sua obstinada contemplação, a poucos metros. Desistimos. Se for Inácio, pensei, dentro de um ou dois dias estará de volta. Não voltou.

Um gato vive um pouco nas poltronas, no cimento ao sol, no telhado sob a lua. Vive também sobre a mesa do escritório, e o salto preciso que ele dá para atingi-la é mais do que impulso para a cultura. É o movimento civilizado de um organismo plenamente ajustado às leis físicas, e que não carece de suplemento de informação. Livros e papéis, sim, beneficiam-se com a sua presteza austerada. Mais do que a coruja, o gato é símbolo e guardião da vida intelectual.

Depois que sumiu Inácio, esses pedaços da casa se desvalorizaram. Falta-lhes a nota grave e macia de Inácio. É extraordinário como o gato “funciona” em uma casa. Em silêncio, indiferente, mas adesivo e cheio de personalidade. Se se agravar a mediocridade destas crônicas, os senhores estão avisados. É falta de Inácio. Se tinham alguma coisa aproveitável era a presença de Inácio a meu lado, sua crítica muda, através dos olhos de topázio que longamente me fitavam, aprovando algum trecho feliz, ou através do sono profundo, que antecipava a reação provável dos leitores.

Poderia botar anúncio no jornal. Para quê? Ninguém está pensando em achar gatos. Se Inácio estiver vivo e não sequestrado, voltará sem explicações. É próprio do gato sair sem pedir licença, voltar sem dar satisfação. Se o roubaram, é homenagem a seu charme pessoal, misto de circunspeção e leveza; tratem-no bem, nesse caso, para justificar o roubo, e ainda porque maltratar animais é uma forma de desonestidade. Finalmente, se tiver de voltar, gostaria que o fizesse por conta própria, com suas patas; com a altivez, a serenidade e a elegância dos gatos.

(ANDRADE, Carlos Drummond. Cadeira de balanço. São Paulo. Companhia das Letras, 2020)

O termo que qualifica o substantivo na expressão “sorte geral” tem sentido oposto ao termo que qualifica o substantivo em.

- (A) encanto imemorial.
- (B) obstinada contemplação.
- (C) cor incomum.
- (D) presteza austera.
- (E) nota grave.

2. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto. Adjetivo

1. Neide Gondim faz parte da primeira geração de pensadores da Universidade Federal do Amazonas empenhados em pensar a Amazônia em um movimento inverso do que, costumeiramente, é feito, ou seja, de dentro para fora. Sua obra reflete sobre o que pensavam os europeus que chegaram até a Amazônia pela primeira vez no século 16. Esses conquistadores ganharam a vez de contar a história e o fizeram do ponto de vista de onde partiram.

2. Em livros como “A invenção da Amazônia”, Neide Gondim reconstrói brilhantemente os caminhos desse pensamento, que veio a fundar uma tradição estética sobre a Amazônia, em que predomina o paradoxal, o hiperbólico, o contraditório, o infernal e o paradisíaco. A autora redesenha o pensamento europeu dos homens que se atiraram ao mar em busca de comprovar as teorias especulativas sobre o mundo medieval. Ela identifica em sua bagagem duas lupas iluminadas pelo imaginário fantástico: as escrituras bíblicas e o Oriente conhecido por meio de livros e relatos de viagens.

3. É por meio dessa literatura, que serve até hoje de documento histórico, que Neide Gondim vai trançando as imagens que se projetaram sobre o país das Amazonas nas Américas e, desse modo, descortina as representações europeias sobre a região que hoje conhecemos como Amazônia.

4. A autora identifica uma obsessão do europeu medieval: encontrar o paraíso sobre a terra, longe da fome e da peste que assolavam a Europa medieval.

5. Quando se aventuraram mais adentro das Américas, os europeus pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia e as guerreiras Amazonas, cuja imagem carregavam consigo devido à forte influência da Grécia Antiga.

6. O primeiro relato data de 1542, do cronista Gaspar de Carvajal, que acompanhava Francisco de Orellana na primeira descida pelo rio, vindo do Peru em direção ao Atlântico. Neide Gondim identifica os mesmos recursos utilizados por Marco Polo ao falar sobre o Oriente nas descrições de Carvajal. Carvajal afirma ter guerreado com as Amazonas; dá a localização do Rio de Ouro que levaria até Manoa, a capital de ouro das Amazonas; ao mesmo tempo, descreve o curso dos rios com precisão de navegador.

7. Muitas teorias floresceram durante os séculos seguintes na tentativa de explicar toda a novidade encontrada nas Américas. Darwin colocou as gentes da Amazônia na primeira idade evolutiva da humanidade; a Amazônia seria como um grande museu natural. O determinismo de Buffon afirmava que essas gentes não conseguiram evoluir em consequência do clima quente. Montaigne via na au-

sência do rei a evolução paradisíaca para onde o europeu deveria seguir. Locke via na ausência do Estado a causa da degeneração daquelas gentes.

8. Tais ideias se difundiram por meio da ciência, da filosofia, das letras. Seus traços fantásticos são revestidos de verdade científica a partir do argumento de autoridade. Essas ideias estigmatizaram as gentes da Amazônia como primitivos, indolentes, infantis e bestializados. Estigmatizaram também a floresta como uma entidade fantástica distante e desconhecida no imaginário mundial.

9. Para Neide Gondim, a representação hiperbólica da Amazônia é uma tentação de que quase ninguém escapa. Para a autora, essa representação edênica começou no imaginário medieval sobre o incompreensível Oriente e a desconhecida América. Toda essa trança imaginária é apresentada com muita leveza e habilidade na obra de Neide Gondim.

(Adaptado de. DASSUEM, Nogueira. Disponível em. [www.amazonamazonia.com.br](http://www.amazonamazonia.com.br))

O adjetivo que, no contexto, está empregado como substantivo encontra-se no trecho.

- (A) Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia. (5º parágrafo)
- (B) a representação hiperbólica da Amazônia. (9º parágrafo)
- (C) pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. (5º parágrafo)
- (D) Ela identifica em sua bagagem duas lupas iluminadas pelo imaginário fantástico. (2º parágrafo)
- (E) em que predomina o paradoxal. (2º parágrafo)

3. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRAÇÃO/2021

Assunto. Adjetivo

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Administração

A administração de uma organização é o processo de (A) estabelecer padrões de desempenho, medir o desempenho atual e compará-lo com os padrões estabelecidos.

(B) planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos envolvidos na organização de modo a utilizar todos os recursos disponíveis para alcançar os objetivos estabelecidos.

(C) certificar que os atos dos membros da organização levam em conta os objetivos estabelecidos pela direção na reunião anual do Conselho Diretor.

(D) alocar o trabalho, a autoridade, as funções, o orçamento e outros recursos da organização de modo que ela possa alcançar seus objetivos.

(E) utilizar a lógica e os métodos para estabelecer objetivos e ações para a organização.

2. FCC - AGAAS (PREF RECIF(E))/PREF RECIFE/2022

Assunto: Competências e habilidades do administrador

As habilidades técnicas, humanas e conceituais são importantes para que o administrador seja bem-sucedido. As habilidades humanas envolvem

(A) os processos materiais ou objetos físicos e concretos.

(B) a facilidade em trabalhar com teorias e abstrações.

(C) a facilidade na execução de técnicas relacionadas ao trabalho.

(D) a visão da organização, o diagnóstico das situações e a formulação de alternativas.

(E) a capacidade de comunicar e motivar pessoas e grupos.

3. FCC - AUD FISC (SEFAZ B(A))/SEFAZ BA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2019

Assunto: Competências e habilidades do administrador

Entre as atividades cometidas ao gestor no âmbito das funções de administrar, aquela em que se insere o mecanismo descrito pela literatura como ajuste espontâneo é a de

(A) avaliação, representando os ajustes e as medidas corretivas, de caráter não punitivo, para adequar a atuação da organização aos objetivos institucionais.

(B) planejamento, efetuado na etapa de avaliação com a consequente alteração ou ajuste de metas e indicadores.

(C) direção, sendo um fenômeno verificado em situações de stress extremo, como medida substitutiva a um comando ausente ou ineficiente.

(D) comunicação, consistindo na mera transmissão, pelos gestores a seus subordinados, das ordens e comandos emanados da alta direção.

(E) coordenação, sendo um mecanismo operacionalizado de forma voluntária pela comunicação entre os responsáveis pelas atividades da organização.

4. FCC - ASS ADM (SANAS(A))/SANASA/CALL CENTER/2019

Assunto: Competências e habilidades do administrador

Devido ao tamanho e à complexidade das operações, as organizações requerem um aparato de pessoas estratificadas em diversos níveis hierárquicos, que exigem uma condução racional de todas as atividades desempenhadas. Para que o desempenho administrativo da organização seja bem-sucedido, são necessárias habilidades técnicas, humanas e

(A) conceituais.

(B) físicas.

(C) digitais.

(D) motivacionais

(E) interpessoais.

5. FCC - AGAAS (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em.

(A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.

(B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(C) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(D) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. O governo existe para servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga diretamente para a empresa pelo bem ou serviço que consome. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

6. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

É (São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada.

- (A) avaliação por resultados e participação nos lucros.
- (B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.
- (C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.
- (D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.
- (E) participação nos lucros.

7. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada.

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

8. FCC - AGAAS (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Divergências entre a gestão pública e a privada

Duas das diferenças principais entre Administração Pública Gerencial e Administração Pública Societal são.

- (A) A Administração Pública Gerencial é um movimento nacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos latino-americanos e desconsidera a eficiência administrativa, ajustando a gestão conforme recomendações dos ministérios governamentais, enquanto a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais do Sul do Brasil e minimiza a participação social no Estado, procurando estruturar um projeto político que seja condizente com o estado vigente.
- (B) A Administração Pública Gerencial tem origem nos movimentos sociais brasileiros, enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que



# DIREITO ADMINISTRATIVO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. FCC - Tec GP (PGE AM)/PGE AM/Contabilidade/2022

O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

(A) apenas no âmbito do Poder Executivo.

(B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.

(C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.

(D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.

(E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

### 2. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/Administração/2021

Os elementos dos atos administrativos identificam-se com os elementos do contrato administrativo no que se refere

(A) ao motivo, que consiste no pressuposto fático para a formalização do ato ou celebração do negócio jurídico, devendo sempre ser expresso e manifestado por escrito.

(B) à finalidade, que deve constar expressamente da legislação que fundamenta a prática do ato ou a celebração do contrato, inclusive para fins de anulação ou sustação pelos órgãos de controle.

(C) à competência do sujeito que representa a Administração pública, ainda que eventual vício possa ser sanável, nesse aspecto, em determinados casos.

(D) ao objeto, considerando que tanto o ato administrativo, quanto o contrato administrativo, devem ser formalizados e exte riorizados de forma vinculada ao que constar na legislação que autorizou sua edição ou formalização.

(E) à motivação, considerando que nenhum dos dois negócios jurídicos poderia ser celebrado sem expressa exposição acerca dos motivos e fundamentos para tanto.

### 3. FCC - DP AM/DPE AM/2021

O ato administrativo divide-se em duas categorias, quais sejam, quanto ao conteúdo e quanto à forma de que se revestem. Em relação ao conteúdo, a aprovação é ato

(A) unilateral e discricionário, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.

(B) unilateral e vinculado, pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico.

(C) pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos de sua competência.

(D) unilateral e discricionário, precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração aprova a utilização privativa de bem público a um particular.

(E) pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito a prestar um serviço público.

## 4. FCC - Adv Leg (ALAP)/ALAP/Atividade de Serviços Jurídicos/Procurador/2020

Os atos administrativos, manifestações de vontade da Administração pública, devem observar os requisitos legais para vigência, validade e eficácia. A análise desses requisitos permite

- (A) inferir que tanto a validade quanto a eficácia se referem à produção de efeitos do ato, não dependendo da vigência do ato.
- (B) prever que o implemento de condição suspensiva implica a extinção do ato administrativo, atuando no campo da validade.
- (C) concluir que a validade e a eficácia dependem da vigência do ato administrativo, não sendo o inverso necessariamente verdadeiro.
- (D) analisar o campo da vigência sob o prisma das nulidades para identificar a existência de vícios, estes que, no que se refere aos elementos do ato administrativo, são sempre sanáveis.
- (E) interligar a esfera de projeção de efeitos, de forma que a ineficácia de um ato enseja a invalidade e esta interrompe a vigência.

## 5. FCC - Proc (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Considere a seguinte notícia.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Estado pode determinar aos cidadãos que se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a Covid-19, prevista na Lei nº 13.979/2020. De acordo com a decisão, o Estado pode impor aos cidadãos que recusem a vacinação e as medidas restritivas previstas em lei (multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola), mas não pode fazer a imunização à força. Também ficou definido que os estados, o Distrito Federal e os municípios têm autonomia para realizar campanhas locais de vacinação.

(Portal do STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>, notícia publicada em 17/12/2020)

Nos termos da teoria dos atos administrativos, o STF, na decisão acima, afirmou que o ato administrativo que venha a impor a compulsoriedade vacinal é despido do atributo da

- (A) imperatividade.
- (B) publicidade.
- (C) exigibilidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) executoriedade.

## 6. FCC - Ass TD (DPE AM)/DPE AM/Assistente Técnico Administrativo/2022

A possibilidade de interdição de um estabelecimento por violação a normas sanitárias pelo poder público, independentemente de autorização judicial, decorre do atributo dos atos administrativos conhecido como

- (A) autoexecutoriedade.
- (B) eficiência.
- (C) tipicidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) moralidade.

## 7. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/Informática/2021

A presunção de legitimidade dos atos administrativos (A) impede que sejam objeto de controle externo, que, se exercido, caracterizaria indevida ingerência na escolha do administrador.

- (B) implica reconhecer que são conforme o direito, presunção que não admite prova em contrário.
- (C) é a qualidade de certos atos que se impõem aos seus destinatários independentemente da concordância destes.
- (D) é a qualidade de certos atos de se impor ao seu destinatário independentemente de ação judicial.
- (E) desobriga a Administração pública de realizar, em relação ao ato praticado, prova de sua legalidade, que, no entanto, admite prova em contrário, podendo ser afastada nas esferas judicial, administrativa ou perante o Tribunal de Contas.

## 8. FCC - AgAAS (Pref Recife(E))/Pref Recife/2022

Em relação aos atos administrativos, o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes aos seus subordinados é denominado

- (A) Despacho.
- (B) Circular.
- (C) Portaria.
- (D) Alvará.
- (E) Visto.

## 9. FCC - PJ (MPE P(E))/MPE PE/2022

Sobre os atos administrativos em espécie.

- (A) Admissão é o ato bilateral e vinculado pelo qual a Administração pública reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito a prestação de um serviço público.
- (B) Homologação é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.



# CONTABILIDADE PÚBLICA

## CONTABILIDADE PÚBLICA

1. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar se distinguem em

- (A) processados e não processados, conforme tenham sido liquidados ou não.
- (B) liquidados e não liquidados, conforme tenham sido cancelados ou não.
- (C) cancelados e não cancelados, conforme tenham sido empenhados ou não.
- (D) empenhados e não empenhados, conforme tenham sido correntes ou de capital.
- (E) tributários e não tributários.

2. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

O quadro a seguir apresenta informações que representam parte da execução orçamentária de despesas, referente ao exercício financeiro de 2021, de um Tribunal Regional do Trabalho. Os valores estão expressos em reais.

Descrição da despesa	Despesa		
	Empenhada	Liquidada	Paga
Aquisição de um prédio para utilização por um Fórum	1.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00
Auxílio-doença destinado aos servidores	250.800,00	245.000,00	241.000,00
Instalação de elevadores incorporados ao imóvel de um Fórum	122.000,00	80.000,00	55.000,00
Aquisição de livros para distribuição gratuita	17.500,00	13.250,00	12.500,00

Com base nessas informações tomadas em conjunto, o valor inscrito em restos a pagar processados, em 31/12/2021, em decorrência da execução orçamentária das Despesas Correntes foi, em reais,

- (A) 10.050,00
- (B) 4.750,00
- (C) 14.800,00
- (D) 529.750,00
- (E) 29.750,00

## 3. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Um determinado ente da federação adquiriu uma televisão. O empenhamento e a liquidação regular ocorreram antes de 31 de dezembro daquele exercício, mas não o devido pagamento. Nesse caso,

- (A) houve crime fiscal, uma vez que o pagamento não foi realizado até 31 de dezembro daquele exercício, mesmo tendo a televisão sido entregue.
- (B) deve haver a inscrição da despesa em restos a pagar processados.
- (C) deve haver a inscrição da despesa em restos a pagar não processados.
- (D) deve haver a inscrição na dívida ativa não tributária.
- (E) houve crime fiscal, uma vez que não foi respeitado o exercício financeiro.

## 4. FCC - AGC (PREF RECIF(E))/PREF RECIFE/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Suponha que, ao final do exercício financeiro de 2018, o Município não tenha logrado efetuar o pagamento de despesas com contratos de obras relativas a parcelas efetivamente executadas e em relação às quais tenha ocorrido o empenho e liquidação. Referida situação

- (A) enseja a necessidade de registro das referidas despesas como restos a pagar, observado o regime de competência da despesa pública que pertence ao exercício em que foi empenhada.
- (B) constitui afronta ao regramento constitucional e legal incidente sobre despesas públicas, notadamente no que concerne ao princípio da anualidade, ensejando nulidade da despesa.
- (C) embora indesejável, não constitui prática vedada, devendo o gestor efetuar o registro dos débitos correspondentes como passivos contingentes para viabilizar o pagamento no próximo exercício.
- (D) demanda o cancelamento dos empenhos correspondentes e abertura de crédito adicional extraordinário para pagamento por indenização, onerando dotações do orçamento subsequente.
- (E) configura endividamento público disfarçado, sendo, portanto, passível de aplicação de sanções ao ente, incluindo a proibição de recebimento de transferências voluntárias.

## 5. FCC - AGC (PREF RECIF(E))/PREF RECIFE/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Atenção. Utilize as informações a seguir para responder à questão.

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público municipal.

- Arrecadação de Receitas de Impostos no valor de R\$ 35.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.
- Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 5.000.000,00.
- Lançamento de Receitas com Aluguéis e Arrendamentos no valor de R\$ 2.500.000,00. Tal receita foi arrecada em dezembro de 2017.
- Obtenção de Operação de Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 com vencimento em setembro de 2018. Tal operação de crédito constava na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2017.
- Pagamento de R\$ 50.000,00 a fornecedores referentes a despesas com a aquisição de utensílios de laboratório. Em outubro de 2017, tais utensílios foram entregues pelo fornecedor e a despesa foi liquidada pelo valor total da nota de empenho emitida em setembro de 2017.
- Pagamento, no valor de R\$ 900.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2016 referentes a despesas com a aquisição de um bem imóvel.
- Amortização de R\$ 80.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- Liquidação de despesa, no valor de R\$ 15.000,00, referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. A nota de empenho foi emitida em setembro de 2017 e a despesa foi paga em março de 2018 pelo valor total do empenho.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 20.000.000,00.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 5.000,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para a adaptação de um bem imóvel do edifício-sede do referido ente. A despesa foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018 pelo valor total do empenho.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 150.000,00, referente à aquisição de luvas de malha de aço. A despesa foi liquidada e paga em fevereiro de 2018 pelo valor total do empenho.
- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 35.000,00.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil.

- (A) Liberdade de expressão.
- (B) Pluralismo político.
- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Liberdade de associação.
- (E) Livre iniciativa.

### 2. FCC - DP RR/DPE RR/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Dentre os princípios das relações internacionais há aquele que surgiu como consequência natural do processo de descolonização, ganhando impulso nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial e que garante o livre desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País. Trata-se do princípio

- (A) do fortalecimento da autonomia interna.
- (B) da prevalência dos direitos humanos.
- (C) da autodeterminação dos povos.
- (D) da não intervenção estrangeira.
- (E) da igualdade e independência entre os povos.

### 3. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República.

- (A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- (B) o pluralismo político e a independência nacional.
- (C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.

(D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

(E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

### 4. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/INFORMÁTICA/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, são considerados princípios que regem as relações entre o Brasil e países estrangeiros a

- (A) construção de uma sociedade livre e a não intervenção.
- (B) prevalência dos direitos humanos e a erradicação da pobreza.
- (C) concessão de asilo político e os valores da livre iniciativa.
- (D) defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) erradicação da pobreza e da marginalização, e o repúdio à solução bélica de conflitos.

### 5. FCC - ANA JD (DPE AM)/DPE AM/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto na Constituição Federal

- (A) implicitamente, em decorrência da criação da Defensoria Pública.
- (B) expressamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- (C) implicitamente e integra o rol das cláusulas pétreas.
- (D) implicitamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- (E) expressamente e integra o rol das cláusulas pétreas.

6. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,

(A) é a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(B) tendo em vista o princípio da inviolabilidade, não é admitido o ingresso na casa do indivíduo sem o consentimento do morador, em nenhuma hipótese.

(C) é permitida a criação de tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que provoque grande repercussão social.

(D) o princípio do direito à duração razoável do processo aplica-se exclusivamente no âmbito judicial, não havendo qualquer disposição a esse respeito àqueles que tramitam no âmbito administrativo, por serem estes, naturalmente, mais céleres.

(E) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

7. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Atenção. Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Cristina requereu a um determinado órgão público informação de interesse coletivo. Cristina

(A) tem direito a receber essa informação, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que se trata de interesse da coletividade.

(B) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, salvo se seu sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(C) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que seria de cunho privado.

(D) não tem direito a receber essa informação. Contudo, caso o órgão público, por mera liberalidade, entender que referida informação é relevante para a coletividade, independente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, poderá fornecê-la a qualquer tempo.

(E) tem direito a receber essa informação, salvo se seu sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

8. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Ao dispor sobre direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal exige decisão judicial para

(A) dissolver compulsoriamente ou suspender as atividades de associações, sendo necessário, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(B) autorizar a criação de associação de caráter paramilitar.

(C) entrar na casa do indivíduo, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito ou desastre.

(D) entrar e sair com bens do território nacional, em tempos de paz.

(E) instalar tribunal de exceção com competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida

9. FCC - AASDH (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/ASSISTENTE SOCIAL/2022

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A Constituição Federal de 1988 imprime novos direitos sociais que

(A) possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.

(B) correspondem ao direito à vida, liberdade de pensamento e fé, o direito de ir e vir, à liberdade de imprensa e à igualdade perante a lei.

(C) só podem ser concretizados a partir da definição de um estatuto legal que tenha correspondência com a posição dos Jusnaturalistas e que tenha consonância com o campo dos direitos civis.

## LEGISLAÇÃO

### LEGISLAÇÃO

1. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Formas de provimento (Lei 8.112 - arts. 5º a 32)

O ato de provimento de determinado candidato aprovado no concurso público foi publicado em 4/4/2022. O candidato foi nomeado. Houve inspeção médica oficial e o candidato foi julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. A posse ocorreu mediante procuração específica em 20/4/2022. O servidor empossado entrou em exercício em 25/4/2022. No ato da entrada em exercício, o servidor apresentou declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- (A) não há previsão legal para posse mediante procuração específica.
- (B) o prazo legal para a posse não foi respeitado.
- (C) o prazo legal para a entrada em exercício não foi respeitado.
- (D) não há previsão legal de posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- (E) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública deveria ter sido feita no ato da posse.

2. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Remoção, redistribuição e substituição (Lei 8.112 - arts. 36 a 39)

- Considere os seguintes itens.
- I. Exoneração de cargo efetivo.
  - II. Remoção.
  - III. Redistribuição.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, há previsão legal para a ocorrência de ofício para o que consta em.

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.

- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

3. FCC - DP RR/DPE RR/2021

Assunto: Vacância (Lei 8.112 - arts. 33 a 35)

A exoneração, hipótese de vacância, que acarreta a destituição do servidor de cargo, emprego ou função, tem como característica tratar-se de medida aplicável

- (A) quando o servidor toma posse, mas não entra em exercício no prazo estabelecido.
- (B) quando o servidor comete ato ilícito, independente de aplicação de penalidade.
- (C) em decorrência de penalidade imposta após procedimento disciplinar regular.
- (D) apenas ex officio pela autoridade imediatamente superior ao agente público.
- (E) com efeito de desligamento do agente dos quadros do funcionalismo, após constatação de sua incapacidade por laudo médico.

4. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Vencimento e Remuneração (Lei 8.112 - arts. 40 a 48)

Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- (A) não há previsão legal de exclusão do teto de remuneração de qualquer vantagem.
- (B) é prevista a redutibilidade de vencimentos para fins de isonomia para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (C) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- (D) não há previsão legal para desconto incidente sobre a remuneração ou provento.
- (E) para o vencimento, a remuneração e o provento não há previsão legal para serem objeto de arresto, sequestro ou penhora.



5. FCC - TJ TRT19/TRT 19/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Das vantagens. indenizações (Lei 8.112 - arts. 49 a 60)

À luz do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990), acerca dos direitos e vantagens ali estabelecidos,

(A) o servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade os receberá de forma cumulativa.

(B) as indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para todos os efeitos.

(C) a ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a um mês.

(D) o servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 30 dias.

(E) o servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

6. FCC - AJ TRT19/TRT 19/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Das férias (Lei 8.112 - arts. 77 a 80)

À luz do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990), acerca dos direitos e vantagens ali estabelecidos,

(A) as férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

(B) poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, mas não para o exterior.

(C) o servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

(D) a critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, ainda que esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

(E) o servidor investido em mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Das licenças, afastamentos e concessões (Lei 8.112 - arts. 81 a 99)

Considere os seguintes tipos de licenças.

I. por motivo de afastamento do cônjuge.

II. para atividade política.

III. para capacitação.

IV. para tratar de interesses particulares.

V. para o desempenho de mandato classista.

Segundo a Lei nº 8.112/1990, há previsão de licença com remuneração para o que consta em

(A) I, II, III, IV e V.

(B) II, III e V, apenas.

(C) IV e V, apenas.

(D) I, apenas.

(E) II e III, apenas.

8. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Do regime disciplinar (Lei 8.112 - arts. 116 a 142)

No que concerne às penalidades administrativas impostas aos servidores públicos, consoante os termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar.

(A) É cabível a advertência no caso de inassiduidade habitual.

(B) A pena de advertência pode ser aplicada na forma escrita ou verbal.

(C) Não há previsão legal para a conversão da pena de suspensão em multa.

(D) É cabível a demissão no caso de o servidor atuar, como procurador, junto a repartições públicas, para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge.

(E) A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

9. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Do processo administrativo disciplinar (Lei 8.112 - arts. 143 a 182)

Cássio era servidor do Tribunal de Justiça do Estado e foi demitido do cargo, em razão da acusação de ter emitido um alvará de soltura e falsificado a assinatura do juiz da Comarca, o que possibilitou a fuga de um preso perigoso. Concomitantemente, no processo penal ajuizado contra Cássio, o juiz absolveu-o da acusação, indicando que o al-



# RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. FCC - ESC (BANRISUL)/BANRISUL/2019

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

As idades dos 120 funcionários lotados em uma repartição pública estão distribuídas conforme a tabela de frequências absolutas abaixo.

Idades (x) em anos	Número de funcionários
$20 < x \leq 30$	40
$30 < x \leq 40$	50
$40 < x \leq 50$	20
$50 < x \leq 60$	10
<b>Total</b>	<b>120</b>

Idades (x) em anos Número de funcionários

$20 < X \leq 30$  40

$30 < X \leq 40$  50

$40 < X \leq 50$  20

$50 < X \leq 60$  10

Total 120

Utilizando o método da interpolação linear, obteve-se o primeiro quartil (Q1) e a mediana (M(D) desta distribuição em anos. A amplitude do intervalo [Q 1, Md] é então igual a

- (A) 4,0.
- (B) 6,5.
- (C) 10,0.
- (D) 3,5.
- (E) 7,5.

2. FCC - AUD FISC (SEFAZ B(A)/SEFAZ BA/ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA/2019

Assunto: Moda

Considere a distribuição dos salários, em R\$ 1.000,00, dos funcionários lotados em uma repartição pública, representada abaixo pela tabela de frequências relativas acumuladas, sendo k a frequência relativa acumulada do 4º intervalo de classe.

Classes de salários	Frequência relativa acumulada (%)
1 —  3	5
3 —  5	15
5 —  7	40
7 —  9	k
9 —  11	100

Sabe-se que a média aritmética (M(E) foi calculada considerando que todos os valores incluídos num certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio desse intervalo, que a mediana (M(D) foi calculada pelo método da interpolação linear e que a moda (Mo) foi obtida pela relação de Pearson, ou seja,  $Mo = 3Md - 2Me$ . Dado que  $Me = R\$ 7.200,00$ , então Mo é igual a

- (A) R\$ 7.350,00.
- (B) R\$ 8.500,00.
- (C) R\$ 7.700,00.
- (D) R\$ 8.100,00.
- (E) R\$ 7.400,00.

3. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Desvio médio

O número de processamento de documentos da Divisão de Pesquisa e Informação do Tribunal de Justiça requer uma análise refinada de variáveis quantitativas. Dentre os procedimentos analíticos, indicam-se as medidas de dispersão, representadas por

- (A) Média harmônica e Média geométrica.
- (B) Amplitude total e Desvio médio absoluto.
- (C) Moda e Mediana.
- (D) Média aritmética simples e Média aritmética ponderada.

(E) Mediana para dados agrupados em classes e Mediana para dados não agrupados.

4. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Uma gráfica tem 3 impressoras que trabalham em velocidades diferentes. Essa gráfica recebeu uma encomenda de impressão de 162 apostilas iguais. Sabe-se que a impressora 1 imprime 5 apostilas por minuto, a impressora 2 imprime 4 apostilas por minuto e a impressora 3 imprime 9 apostilas por minuto. Para que as impressoras comecem e terminem o trabalho ao mesmo tempo, a divisão da tarefa de impressão das 162 apostilas entre as três impressoras deve ser feita de modo que a impressora 2 imprima

- (A) 18 apostilas.
- (B) 36 apostilas.
- (C) 45 apostilas.
- (D) 24 apostilas.
- (E) 54 apostilas.

5. FCC - TILU (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Na conta  $AB \times DE = 7632$ , A, B, C, D e E representam algarismos distintos e pertencem ao conjunto  $\{1, 4, 5, 8, 9\}$ . O valor de DE é.

- (A) 59
- (B) 14
- (C) 54
- (D) 48
- (E) 45

6. FCC - OET (DETRAN SP)/DETRAN SP/2019

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MM(C))

Um pacote contém N balas. Sabe-se que  $N \leq 29$  e que há 8 maneiras diferentes de dividir o número de balas do pacote em partes iguais, incluindo a divisão trivial em uma só parte contendo todas as N balas. Então, o resto da divisão de N por 5 é igual a

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 0.

7. FCC - ADG JR (METRO SP)/METRO SP/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MM(C))

Uma editora fará uma campanha distribuindo livros e canetas em estações de metrô. Serão distribuídos 1.620 livros e 2.940 canetas, de modo que cada estação de metrô participante da campanha receba a mesma quantidade de livros para distribuição e receba a mesma quantidade de canetas para distribuição. Para atingir o maior número de estações possível, a quantidade de canetas que cada estação deve receber é

- (A) 49
- (B) 70
- (C) 27
- (D) 35
- (E) 98

8. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRAÇÃO/2021

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Um fabricante vende, à vista, um grande rolo de fio elétrico para um comerciante por R\$ 1.800,00 com a garantia de que o comerciante poderia devolver o que não conseguisse vender no prazo de um mês recuperando o valor correspondente ao fio devolvido. No mês vigente da transação, o comerciante conseguiu vender 19 do que

20 havia comprado, tendo faturado R\$ 1.983,60 por essa venda. Com a devolução da quantidade de fio que não conseguiu vender e considerando efetivamente apenas o valor que ele gastou com o fio, após feita a devolução, e o valor da venda, o comerciante teve um lucro total na operação de compra e venda do fio elétrico de

- (A) 12%.
- (B) 15%.
- (C) 16%.
- (D) 18%.
- (E) 19%.

9. FCC - ASSGP (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Um reservatório de água tem  $\frac{1}{5}$  de sua capacidade ocupada. Após a adição de 32.400 litros de água, o reservatório ficou com  $\frac{7}{8}$  de sua capacidade ocupada. A capacidade, em litros, do reservatório é de

- (A) 37.000.
- (B) 48.000.
- (C) 25.920.
- (D) 40.500.
- (E) 23.350.

# DIREITO DO TRABALHO

## DIREITO DO TRABALHO

### 1. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

Em relação aos princípios que orientam o Direito do Trabalho, nos termos prescritos pela doutrina, a legislação e o entendimento sumulado pelo TST estabelecem.

(A) O princípio da intangibilidade salarial admite exceções somente quando houver autorização expressa do trabalhador, ainda que causem prejuízos.

(B) De acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego poderia ser modificado, caso ocorresse efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.

(C) A Consolidação das Leis do Trabalho não possui nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público.

(D) O Juiz do Trabalho pode privilegiar a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material, em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma.

(E) O princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual o ônus da prova quanto ao término do contrato de trabalho é do trabalhador, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

### 2. FCC - PROC (PGE GO)/PGE GO/2021

Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

Em relação aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, considerando-se a doutrina, a legislação e as Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) não há nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público na Consolidação das Leis do Trabalho, porque a mesma regula o contrato individual nas relações de trabalho.

(B) em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma, o Juiz do Trabalho privilegia a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

(C) o princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual tanto o ônus da prova quanto seu término é do empregado, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

(D) de acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego pode ser modificado, caso ocorra efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.

(E) o princípio da irrenunciabilidade informa que o Direito do Trabalho impede a supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, de prerrogativa legal.

### 3. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

A Consolidação das Leis do Trabalho conceitua as figuras essenciais de um contrato de trabalho como sendo empregado e empregador, apresentando requisitos desta relação de emprego. Segundo essa norma,

(A) os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

(B) os profissionais liberais, mesmo que admitam trabalhadores como empregados, não se equiparam ao empregador, para os efeitos da relação de emprego.

(C) uma associação recreativa sem fins lucrativos não poderá ser considerada empregadora para efeitos da relação de emprego, por faltar o requisito da atividade lucrativa do empregador.

(D) o marido não poderá ser considerado empregado de sua esposa, casada em regime de comunhão de bens, em razão do grau de parentesco, mesmo que presentes os requisitos legais da relação de emprego.

(E) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços eventuais a pessoa jurídica mediante remuneração e sob a dependência desta.

4. FCC - ANA FOM (AFAP)/AFAP/ADVOGADO/2019  
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Gustavo era proprietário de um posto de gasolina, tendo vendido o empreendimento para Paulo e Rafael, com a devida averbação da modificação do contrato nos órgãos competentes. Não se confirmou nenhuma fraude na alteração societária. Tendo em vista a responsabilidade de Gustavo por eventuais obrigações trabalhistas dos empregados do posto de gasolina, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que a responsabilidade do sócio retirante é

- (A) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
- (B) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
- (C) solidária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
- (D) solidária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
- (E) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos de sua saída, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.

5. FCC - PROC (TERESIN(A)/PREF TERESINA/2022  
Assunto: CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

Em relação às normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho relacionadas a identificação profissional e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),

- (A) nas localidades onde não for emitida a CTPS, poderá ser admitido, até 30 dias, o exercício de emprego por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo.
- (B) a CTPS será emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos sindicatos para o mesmo fim.
- (C) o empregador terá o prazo de 48 horas para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver.
- (D) a CTPS terá como identificação única do empregado o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sendo que a comunicação pelo trabalhador do número de inscrição no CPF ao empregador equivale à apresentação da CTPS em meio digital, dispensado o empregador da emissão de recibo.
- (E) é vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua CTPS, salvo quanto ao motivo ensejador da dispensa por justa causa.

6. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022  
Assunto: Requisitos (contrato de trabalho)

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho acerca do contrato de trabalho intermitente considere.

- I. O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, 48 horas de antecedência.
- II. Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
- III. Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, vedada a compensação.
- IV. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

# ORÇAMENTO PÚBLICO

## ORÇAMENTO PÚBLICO

### 1. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Técnicas/Espécies Orçamentárias (Orçamento Programa, Tradicional, Participativo, Base Zero et(C)

O orçamento-programa

(A) concentra o foco sobre insumos e recursos financeiros antes de serem usados, permitindo o controle pelo Poder Legislativo.

(B) tem abrangência vertical e considera despesas alternativas a partir do zero para as atividades governamentais.

(C) é elaborado pelo Poder Legislativo que detém a iniciativa de proposição de projeto de lei orçamentária no Brasil.

(D) utiliza medidas de desempenho com a finalidade de medir as realizações (produtos finais).

(E) é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização e, por isso, o principal critério de classificação da despesa orçamentária é o institucional.

### 2. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/CONTROLE INTERNO/2022

Assunto: Técnicas/Espécies Orçamentárias (Orçamento Programa, Tradicional, Participativo, Base Zero et(C)

O chamado “orçamento de desempenho” é caracterizado por

(A) todos os programas serem justificados a cada novo ciclo orçamentário.

(B) ser elaborado a partir de ajustes marginais nas rubricas de receita e despesa.

(C) partir de um quantitativo financeiro fixo, obtido mediante aplicação de percentual linear.

(D) ser mais rapidamente elaborado que nas demais técnicas.

(E) se orientar mais pelo resultado do gasto do que pela natureza do que é autorizado.

### 3. FCC - ATTIFM (MANAUS)/PREF MANAUS/PROGRAMADOR/2019

Assunto: Técnicas/Espécies Orçamentárias (Orçamento Programa, Tradicional, Participativo, Base Zero et(C)

O orçamento público que se caracteriza por realizar a alocação de recursos visando à aquisição de meios e por utilizar como principais critérios classificatórios as unidades administrativas e os elementos de despesa e o orçamento público que se caracteriza por realizar a alocação de recursos visando à consecução de objetivos e metas e por utilizar como principal critério classificatório a funcional-programática correspondem, respectivamente, ao

(A) orçamento tradicional e ao orçamento-programa.

(B) orçamento tradicional e ao orçamento clássico.

(C) orçamento impositivo e ao orçamento clássico.

(D) orçamento-programa e ao orçamento por resultado.

(E) orçamento por desempenho e ao orçamento clássico.

### 4. FCC - ANA LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO/TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO/2020

Assunto: Princípios Orçamentários

Todas as receitas e despesas orçamentárias do Poder Legislativo Estadual devem ser, respectivamente, previstas e fixadas na Lei Orçamentária Anual do

(A) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da exclusividade.

(B) ente estadual do qual é parte, em atendimento ao princípio orçamentário da universalidade.

(C) ente estadual do qual é parte, em atendimento ao princípio orçamentário da eficiência.

(D) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da transparência.

(E) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da não vinculação da receita de impostos.



5. FCC - APOG (PREF RECIF(E))/PREF RECIFE/2019  
Assunto: Princípios Orçamentários

Um dos princípios que informam a elaboração do orçamento público é o da discriminação, o qual

- (A) impede a inclusão de dotações globais ou inespecíficas, não afastando, contudo, a previsão de reserva de contingência em percentual da receita corrente líquida.
- (B) determina que as receitas devem estar discriminadas e fixadas na Lei Orçamentária Anual, impedindo o recolhimento em montantes superiores no curso do exercício.
- (C) predica que todas as despesas públicas devem estar previamente descritas na Lei Orçamentária Anual, embora não destinadas a órgãos específicos.
- (D) determina que as despesas devem estar especificadas ao menos por categoria econômica, salvo aquelas destinadas a ações incluídas no Plano Plurianual.
- (E) predica que apenas as receitas e despesas expressamente discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias podem ser incluídas na Lei Orçamentária Anual.

6. FCC - TEC FAZ (MANAUS)/PREF MANAUS/2019  
Assunto: Princípios Orçamentários

No que concerne às autorizações para realização de despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual, não são admissíveis dotações inespecíficas e globais. Constitui exceção a tal princípio, além dos programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução de despesas, também

- (A) a reserva de contingência, fixada em percentual da receita corrente líquida e destinada a cobertura de passivos contingentes.
- (B) os créditos suplementares, destinados à cobertura de despesas não dotadas ou insuficientemente previstas na LDO.
- (C) os créditos extraordinários, destinados a cobertura de situações de calamidade pública ou comoção social.
- (D) os restos a pagar, classificados como despesas extra orçamentárias e passíveis de pagamento com recursos do exercício em curso.
- (E) as programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais de natureza impositiva, limitadas a 2% da receita corrente líquida.

7. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/CONTROLE INTERNO/2022

Assunto: PPA - Plano Plurianual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

A vigência do plano plurianual

- (A) é de exatamente dois anos.
- (B) é variável, de acordo com os seus próprios termos.
- (C) foi definida em Lei Complementar.
- (D) se dá a partir do terceiro ano do mandato em que é proposto e perdura até o segundo ano do mandato subsequente.
- (E) se dá a partir do segundo ano do mandato em que é proposto e perdura até o primeiro ano do mandato subsequente.

8. FCC - ANA LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO/CONTADOR/2020

Assunto: PPA - Plano Plurianual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual de um ente estadual referente ao período de 2020 a 2023 deve

- (A) estabelecer orientações para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.
- (B) ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (C) conter as metas de resultados primário e nominal, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2020 a 2023.
- (D) estabelecer as metas, para o referido período, para as despesas relativas a programas de duração continuada.
- (E) estabelecer normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.



# GESTÃO DE PESSOAS

## GESTÃO DE PESSOAS

### 1. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Liderança

Ao tratar sobre liderança, sabe-se que ela engloba diversas competências que o líder deve possuir para assumir a responsabilidade de liderar. Pela Teoria dos Traços, essas competências são identificadas como

- (A) algumas inatas e outras adquiridas pela experiência.
- (B) adquiridas pela experiência.
- (C) adquiridas pelo estudo.
- (D) inatas.
- (E) algumas inatas e outras adquiridas pelo estudo.

### 2. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Liderança

A raiz do estudo comportamental da liderança fundase no Renascimento Italiano, com a obra de Nicolau Maquiavel denominada.

- (A) O Príncipe.
- (B) A Arte da Guerra.
- (C) O Imperador.
- (D) Líderes natos.
- (E) Dominação Legítima.

### 3. FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/"SEM ÁREA"/2019

Assunto: Liderança

Os estilos clássicos de liderança desenvolvidos a partir dos estudos de Kurt Lewin nos anos de 1930, que passaram a ser conhecidos como os Três de White e Lippitt, são.

- (A) carismático, legitimado e impositivo.
- (B) consultivo, participativo e diretivo.
- (C) autocrático, democrático e liberal.
- (D) burocrático, gerencial e consensual.
- (E) autocrático, burocrático e gerencial.

### 4. FCC - TJ (TJ M(A)/TJ MA/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Liderança

Entre os estilos de liderança apontados pela literatura, aqueles que se caracterizam como liderança situacional, fundados no modelo de Fiedler, sustentam que

- (A) a liderança deve ser modulada de acordo com a posição em que o líder se situa no organograma da organização.
- (B) situações adversas impedem o exercício de uma liderança cooperativa.
- (C) o conflito interpessoal ou de equipes deve ser estimulado, pois reforça o controle da situação pelo líder.
- (D) as características pessoais do líder, como por exemplo carisma, determinam o ambiente da organização.
- (E) o comportamento do líder deve variar conforme o grau de maturidade dos liderados.

### 5. FCC - AG SUP (SEDU ES)/SEDU ES/2022

Assunto: Cultura Organizacional

Os principais aspectos que configuram a cultura escolar são.

- I. os atores (famílias, professores, gestores e alunos).
- II. os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação).
- III. as instituições (organização escolar e o sistema educativo).
- IV. as práticas (pautas de comportamento que se consolidam durante um tempo).
- V. as necessidades burocráticas (próprias do espaço e tempo).
- VI. os ritos e o imaginário acadêmico dos estudantes (processos pedagógicos e avaliações).

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e VI.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III, V e VI.
- (D) I, III e V.
- (E) II, IV, V e VI.

6. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021  
Assunto: Cultura Organizacional

Em uma situação hipotética, após completar uma semana de expediente no Tribunal de Justiça, um analista se colocou em uma situação de tentar decifrar a cultura daquela organização. Contudo, com pouco tempo de admisão, ele constatou que aquilo que ele podia ver e decifrar estava restrito aos “artefatos”, que são representados por

- (A) filosofias, estratégias e objetivos.
- (B) pressuposições básicas.
- (C) valores compartilhados.
- (D) percepções, pensamentos e sentimentos.
- (E) ritos e símbolos.

7. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Cultura Organizacional

A cultura organizacional é um fenômeno intimamente ligado ao comportamento dos integrantes de uma organização e possui aspectos identificáveis em diferentes níveis, sendo

- (A) ritualísticos aqueles inerentes a comportamentos e práticas usuais, e preditivos aqueles recomendados por normas formais de conduta.
- (B) os fundamentos básicos uma dimensão psicológica da cultura, que se contrapõe à dimensão estrutural, que são os valores e crenças da organização.
- (C) todos aspectos conscientes e visíveis, representados por condutas normatizadas pela organização, em caráter mandatário ou indicativo.
- (D) de natureza informal aqueles aplicados pelos usos e costumes da organização, e de caráter estrutural aqueles impostos pela alta liderança.
- (E) os aspectos formais e abertos, ditos artefatos observáveis, o nível de maior visibilidade da cultura organizacional.

8. FCC - AGA (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Cultura Organizacional

Os denominados “artefatos observáveis”, na forma definida pela doutrina, dizem respeito

- (A) a item determinante nas pesquisas de aferição do clima organizacional.
- (B) aos aspectos mais superficiais e visíveis da cultura organizacional.
- (C) aos fatores da cultura que mais influenciam o clima organizacional.
- (D) ao resultado de pesquisa de clima organizacional que não se relaciona com a cultura.
- (E) a fatores exógenos à organização, ligados ao ambiente externo, que influenciam seu clima e cultura.

9. FCC - ASS ADM FOM (AFAP)/AFAP/2019

Assunto: Cultura Organizacional

O fenômeno da cultura organizacional comporta aspectos

- (A) de diferentes naturezas, porém todos extremamente fechados e de difícil percepção e identificação por aqueles que não integram a organização.
- (B) tanto formais e abertos, denominados por alguns estudiosos como artefatos observáveis, quanto fechados, estes denominados pressupostos básicos.
- (C) de fácil assimilação pelos integrantes da organização e passíveis de rápida modificação a partir de influências externas.
- (D) que não comportam alteração, salvo a partir dos denominados ritos de degradação que surgem a partir da desconstrução dos valores predicados pela organização.
- (E) extrínsecos à organização, como fatores ambientais e sociais, que, quando isolados, redundam no fenômeno da contracultura.

10. FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/“SEM ÁREA”/2019

Assunto: Cultura Organizacional

No que concerne aos níveis fundamentais da cultura organizacional, ordinariamente apontados pela doutrina, tem-se que os valores representam

- (A) os aspectos mais visíveis da cultura, sendo também denominados artefatos observáveis.
- (B) a camada intermediária da cultura, nem sempre sendo possível visualizá-los com facilidade.
- (C) os pressupostos básicos da cultura, situados em seu nível mais profundo.
- (D) os aspectos exógenos da cultura, apenas vislumbrados por agentes externos.
- (E) a forma de consolidação da cultura, também denominados ritos de confirmação.

11. FCC - ANA ADM (SANAS(A)/SANASA/SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/2019

Assunto: Cultura Organizacional

O elemento implícito da cultura organizacional que tem como finalidade orientar os comportamentos denomina-se

- (A) Crença.
- (B) Valor.
- (C) Rito.
- (D) Tabu.
- (E) Saga.